



EDITORIAL

Ação, Tempo e Conhecimento: Escola Austríaca, Ciência e Humanismo*

*Ubiratan Jorge Iorio***

Em 2011, publiquei, pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil, um livro intitulado *Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia*¹. Na referida obra,

* Este texto foi adaptado, ampliado e atualizado a partir de uma conferência proferida pelo autor na *Austrian Scholars Conference* em Auburn, Alabama, entre 8 e 10 de março de 2012, e de sua transcrição publicada no *website* do Instituto Ludwig von Mises Brasil no dia 14 de março de 2012 e disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=1251>>.

** **Ubiratan Jorge Iorio** é Economista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutor em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV); Professor Associado e ex-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Presidente Executivo e CEO do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), Diretor Acadêmico do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e autor, entre outros, do primeiro livro sobre a Escola Austríaca publicado no Brasil (*Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a Economia Brasileira*, Forense, Rio de Janeiro, 1997) e *Ação, Tempo e Conhecimento: a Escola Austríaca de Economia* (Instituto Mises Brasil, São Paulo, 2011) e *Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca* (Instituto Mises Brasil, São Paulo, 2013).

E-mail: ubiratan@mises.org.br

¹ IORIO, Ubiratan Jorge. **Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

delineei alguns pontos essenciais para uma definição e conceptualização da Escola Austríaca como empreendimento humano no caminho do conhecimento. Neste editorial, retomo alguns pontos do livro, com o propósito de chamar a atenção para a importância de continuarmos fazendo parte da construção do edifício intelectual da Escola Austríaca de Economia – um esforço para o qual o periódico acadêmico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* constitui um elemento essencial.

A tradição “austríaca” de pensamento foi inaugurada por Carl Menger (1840-1921) com a publicação, em 1871, de sua obra *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* [Princípios de Economia] e, posteriormente, com sua obra de 1883, *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der politischen Ökonomie insbesondere* [Investigações Sobre o Método das Ciências Sociais com uma Referência Especial à Economia], escrito no contexto das disputas metodológicas contra a Escola Historicista Alemã. Essa tradição rendeu frutos, produzindo um campo de conhecimento humano abrangente e fascinante, que transcende as fronteiras da própria Economia e que alcança o domínio das ciências sociais como um todo, com implicações importantes inclusive para campos tais como

Sociologia e Ciência Política. Graças aos esforços de seus “pais fundadores” e propagadores, a Escola Austríaca está indissociavelmente ligada aos debates filosóficos fundamentais a respeito da ação humana e da natureza da ciência, ao ponto em que hoje podemos dizer, sem nenhum resquício de dúvida, que permeou por completo a cultura humanística. A esse respeito, Friedrich A. Hayek (1889-1992) foi direto ao ponto quando afirmou que um economista que pensa somente dentro dos limites estritos da teoria econômica nunca chegaria a ser um economista completo, a despeito de possuir ou não conhecimento técnico sofisticado.

Com efeito, a tradição austríaca busca não somente ocupar uma posição de destaque no estado da arte da Ciência; também pretende tornar-se humanista². A despeito de suas pretensões para dar conta de um vasto campo do conhecimento humano, a Escola Austríaca é de uma simplicidade notável, que pode ser verificada através da lógica consistente e irrepreensível de suas proposições e postulados. Tal como Ludwig von Mises (1881-1973) escreveu, “*a boa economia é a economia elementar*”³.

Os grandes economistas austríacos do século XX, com destaque para Mises e Hayek, eram modelos de coragem e ousadia. Enquanto

o campo acadêmico da Economia avançava na direção da especialização técnica cada vez mais acentuada, eles não se dobraram a essas pressões e permaneceram comprometidos com a importância de uma formação não somente técnica nas minúcias da Economia, mas também enriquecida com vasta cultura humanística. Trata-se de um exemplo que devemos nos esforçar para seguir. Trata-se, também, de um dos propósitos que orientam esta publicação acadêmica, o periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

A partir da segunda metade do século XIX, os economistas passaram a imitar cada vez mais as abordagens metodológicas das ciências naturais (em particular a Física) em detrimento da tradição humanista. Dessa maneira, concentraram-se cada vez mais em technicalidades estatísticas e matemáticas, pagando o alto preço do abandono da clareza e compreensibilidade. Nos dias de hoje, poucos economistas possuem o treinamento matemático sofisticado para dominar o material dos livros de micro e macroeconomia. Ademais, muitos dentre esses economistas desprezam as demais ciências sociais, por considerá-las pouco científicas e demasiado interpretativas. Perdeu-se, portanto, a motivação de autores como C. P. Snow, que dedicou seu empenho para encontrar meios de estabelecer diálogos construtivos entre as ciências rigorosas e as humanidades.

Com estas observações preliminares, não tenho por objetivo menosprezar a teoria convencional e nem defender a necessidade de rejeitar a abstração teórico-analítica do *Homo economicus*. Meu objetivo, aqui, é sublinhar que não podemos aprender sobre economia se negligenciarmos seus aspectos humanos como se fossem não importantes, desprezíveis, irrelevantes ou não científicos. Na verdade, o humanismo na Economia não vem apenas dos fundadores da Escola Austríaca no século XIX e início do século XX, tais como Carl Menger, Friedrich von Wieser (1851-1926), Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), Mises, Hayek e muitos outros. Na verdade, o humanismo na Economia remonta à época de Sto. Tomás de Aquino, ainda na Idade Média, aos Escolásticos Tardios da Escola de Salamanca, que floresceram na Península Ibérica no século XVI, e continuou por intermédio de autores tais como

² A separação entre as ciências e as humanidades foi bem descrita e criticada pelo cientista e romancista Charles Percy Snow (1905-1980) em sua famosa conferência intitulada *The Two Cultures*, proferida na Universidade de Cambridge em 1959 e posteriormente publicada como artigo na revista *New Statesman* em 6 de outubro de 1956. Na obra, o autor denuncia o abismo entre a cultura científica e a cultura humanística como um grande obstáculo para o desenvolvimento humano e para a solução dos problemas do mundo. Em tempos mais recentes, o acadêmico de Relações Internacionais Hayward R. Alker, Jr. (1937-2007), desenvolveu esforços para superar o abismo entre as “duas culturas” apontadas por Snow, por intermédio do desenvolvimento de uma abordagem teórica que combina o rigor científico convencional com perspectivas humanistas interpretativas. A esse respeito, recomendo a leitura do livro: ALKER, Hayward R. **Rediscoveries and Reformulations: Humanistic Methodologies for International Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

³ MISES, Ludwig von *apud* ULRICH, Fernando. **Good Economics is Basic Economics**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1058>>.

David Hume (1711-1776), Richard Cantillon (1680-1734) e Adam Smith (1723-1790). Foi somente a partir do século XX, talvez não por acaso caracterizado pelo historiador britânico Paul Johnson como o *século dos coletivismos*⁴, que o humanismo passou a ser desprezado em favor do avanço das ideias positivistas e do racionalismo construtivista que tem por pretensão empreender projetos megalomaniacos de engenharia social. Para os autores da tradição austríaca, no entanto, o que importa não é o *Homo economicus*, mas sim o *Homo agens*.

I - A TRÍADE BÁSICA OU NÚCLEO FUNDAMENTAL DA ESCOLA AUSTRÍACA

O cerne da Escola Austríaca se compõe de uma tríade concorrente e complementar, constituída pelos conceitos de: (a) ação humana; (b) tempo dinâmico; e (c) a hipótese do conhecimento limitado. Todo o edifício teórico e analítico da Escola Austríaca repousa solidamente sobre essa base. Há determinados elementos que emanam a partir dessa tríade: i) utilidade marginal; ii) subjetivismo; e iii) ordens espontâneas. Esses são os elementos de propagação que permitem deduzir todas as propostas de caráter prático. Refiro-me a eles como “elementos de propagação”, pois resultam em implicações para diversos campos do conhecimento humano, tais como Filosofia Política, Ciência Política, Epistemologia, Sociologia e inclusive a própria Economia. Examinemos, portanto, os elementos da tríade fundamental.

1.1 - Ação

Para a perspectiva da Escola Austríaca, uma ação é um ato humano voluntário, uma escolha intencional que tem por objetivo levar seu agente de um estado menos satisfatório no momento da escolha para outro estado que é considerado mais

satisfatório. A praxiologia (termo derivado de práxis) é a ciência geral dedicada ao estudo da ação humana e que considera todas as suas implicações formais. Toda ação econômica, sem exceção, pode ser reduzida a escolhas realizadas de acordo com o conceito seminal de ação humana. A proposição básica, correspondente ao primeiro axioma da praxiologia, é que o estado de insatisfação é a motivação para qualquer ação. Ninguém age se não se considera insatisfeito e se não acredita que uma determinada ação melhorará sua satisfação, conforto, bem-estar e assim por diante, com a consequente diminuição da frustração e insatisfação.

Trata-se de um axioma de validade universal. Onde quer que haja pessoas, haverá ações. Portanto, o corolário disso é que a Economia está construída sobre a praxiologia. Não há teorias econômicas específicas ou particulares válidas somente para determinadas regiões ou momentos históricos. Uma teoria econômica epistemologicamente correta deve ser válida para todos os lugares e épocas, montada peça por peça a partir da observação e do estudo sistemático da ação humana. De acordo com Mises, o conceito de ação humana é o axioma praxiológico número um, pois as principais leis que governam a economia podem ser deduzidas a partir dele.

1.2 - Tempo Dinâmico

O tempo, para a Escola Austríaca, não corresponde ao tempo linear, progressivo, “newtoniano” e absoluto, que flui incessantemente do passado para o futuro e sobre o qual os eventos se desenvolvem sequencialmente. Os autores austríacos utilizam um conceito dinâmico ou subjetivo de tempo, o assim chamado tempo real, que não é uma categoria estática definida por uma “seta do tempo” horizontal, mas sim um fluxo contínuo de novas experiências que não *estão* no tempo (sentido newtoniano), mas que *são* o próprio tempo. O tempo dinâmico significa que coisas novas ocorrem continuamente. Também reconhecemos, nesse tempo dinâmico, três características: continuidade dinâmica, heterogeneidade e eficácia causal⁵.

⁴ Ver: JOHNSON, Paul. **Modern Times: The World from the Twenties to the Eighties**. New York: Harper & Row, 1983. Publicado no Brasil como: JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos: O Mundo dos Anos 20 aos 80**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

⁵ A esse respeito, ver: O'DRISCOLL, Gerald P. & RIZZO, Mario J. **The Economics of Time and Ignorance**. London and New York: Routledge, 1996.

Em contraste com o tempo newtoniano, que a princípio pode ser reversível⁶, o tempo real dinâmico é irreversível e conduz a um processo de evolução criativa, o que implica em mudanças imprevisíveis⁷. O conceito de tempo real é fundamental para a compreensão da ação humana: indivíduos que agem acumulam continuamente novas experiências, que por sua vez geram novos conhecimentos - o que resulta em mudanças em seus planos e ações.

I.3 - Conhecimento Limitado

O terceiro e último elemento da tríade fundamental é o fato inegável de que o conhecimento humano sempre contém elementos de incerteza e imprevisibilidade. Dessa maneira, toda ação humana apresenta efeitos não antecipados que não podem ser calculados *a priori*. Para os autores austríacos, a mente humana é limitada em sua habilidade para dar conta, por completo, da complexidade dos fenômenos sociais e econômicos⁸. Sistemas formais apresentam determinadas regras de operação que não podem ser predeterminadas. Tal como afirma José Ortega y Gasset (1883-1955), “*O olho não vê a si mesmo*”.

Dado que não é possível quantificar todo o nosso conhecimento, a Escola Austríaca rejeita a análise dos mercados como estados de equilíbrio. Em vez disso, considera-os como processos de descoberta e articulação de conhecimento.

⁶ Isto é, certas equações newtonianas podem ser “revertidas”, mudando o sinal do tempo para negativo. Assim, alguns sistemas de equações são capazes não somente de descrever a evolução futura de certos processos físicos, mas também de contar toda a sua história passada.

⁷ A referência básica, aqui, é BERGSON, Henri. **L'Évolution Créatrice**. Paris: PUF, 2006. O tempo dinâmico austríaco apresenta um aspecto evolutivo adaptativo. A evolução adaptativa pode ser considerada como um exemplo de sistema adaptativo complexo, cuja evolução de um estágio anterior para outro estágio posterior é irreversível porque há perda de informação no processo.

⁸ Ver, por exemplo, SIMON, Herbert A. A Behavioral Model of Rational Choice. **Quarterly Journal of Economics**, Vol. 69 (1955): 99-118. Artigo. [N. do E.: Grande parte das críticas à abordagem da Escolha Racional e aos modelos da economia neoclássica se baseiam na hipótese do conhecimento limitado e nas contribuições seminais de Herbert A. Simon (1916-2001)].

Em geral, na economia do mundo real, essas forças permanecem quietas, silenciosas, ocultas, dispersas e desconexas, à espera de sua descoberta, organização e articulação pela inteligência humana subjetiva. Esta terceira hipótese nuclear da Escola Austríaca é a mais importante para diversos estudiosos do campo da Epistemologia. Entretanto, prefiro colocá-la em pé de igualdade com as outras duas, dado que acredito que, dessa maneira, é mais fácil colocar em evidência as interações e a interdependência entre elas.

II - OS ELEMENTOS DE PROPAGAÇÃO: UTILIDADE MARGINAL, SUBJETIVISMO, ORDENS ESPONTÂNEAS

II.1 - Utilidade Marginal

O primeiro elemento de propagação da Escola Austríaca não é de sua exclusividade. Trata-se do conceito de utilidade marginal. Tal como sabemos, foi a resposta proposta, em 1871, à assim chamada questão do valor, que desafiava os estudiosos desde a época de Sto. Tomás de Aquino (1225-1274), no século XIII. Aproximadamente seis séculos após a *Summa Theologica*, o austríaco Carl Menger, o franco-suíço Léon Walras (1834-1910) e o britânico William Stanley Jevons (1835-1882), respectivamente em Viena, Lausanne e Londres, perceberam que o valor de um bem ou serviço é determinado pela sua utilidade marginal em cada momento do tempo, ou seja, que o valor depende de uma combinação simultânea entre escassez e utilidade.

Embora o conceito tenha sido introduzido por esses três economistas, cada um deles trabalhou de maneira independente: Menger adotou uma abordagem subjetiva (que viria a ser uma das marcas características da Escola Austríaca), Walras foi o precursor da Escola do Equilíbrio Geral e Jevons, que foi uma importante influência para o economista britânico Alfred Marshall (1842-1924), é considerado o pai da Escola do Equilíbrio Parcial. Walras e Jevons adotaram uma perspectiva de tratamento

matemático, dado que o conceito de margem ou de unidades adicionais de bens e serviços adapta-se facilmente ao formalismo do cálculo diferencial. Para os economistas da Escola Austríaca, os princípios da utilidade marginal, ação, tempo dinâmico e subjetividade são inseparáveis.

II.2 - Subjetivismo

O subjetivismo da Escola Austríaca não se limita à teoria subjetiva do valor ou à percepção de que as teorias que lidam com seres humanos são pessoais e, portanto, não estão sujeitas a testes. Refere-se, na verdade, ao pressuposto básico de que o conteúdo da mente humana – e, portanto, o processo de tomada de decisões que caracteriza nossas escolhas e ações não se encontra rigidamente determinado por eventos externos.

Assim, o subjetivismo austríaco coloca ênfase na criatividade (daí sua relação com a evolução criativa do tempo dinâmico) e na autonomia das escolhas individuais. Por essa razão, a abordagem metodológica mais adequada é o individualismo metodológico, ou seja, a noção de que os resultados que se expressam no mercado podem ser explicados em termos das ações de escolha individuais. Para o pesquisador austríaco, a teoria econômica deveria considerar, em primeiro lugar, a rede de fatores que explicam as escolhas, ao invés de se limitar às interações simples entre variáveis objetivas⁹.

⁹ Justamente por causa disso, a Escola Austríaca está mais próxima dos avanços científicos recentes nas ciências da complexidade e na teoria de redes do que da concepção ultrapassada de ciência que ainda inspira grande parte dos economistas e acadêmicos das áreas de humanidades e ciências sociais. Nesse sentido, a cientificidade da Escola Austríaca volta-se mais para o presente e futuro do que para ideais obsoletos do passado. A esse respeito, de acordo com Henry Hamman, “[...] não é que a ciência tenha fracassado; o que ocorreu é que emulamos a ciência errada, a ciência dos séculos XVIII e XIX, ao invés da ciência do final do século XX” (HAMMAN, Henry. *Remodeling International Relations: New Tools from New Science?* In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka ; ONUF, Nicholas & KOWERT, Paul (Eds.). *International Relations in a Constructed World*. London and New York: Routledge, 2015 [1998]. p. 173-192. Cit. p. 179).

Dessa maneira, o subjetivismo pressupõe que a ação sempre ocorre sob condições de incerteza genuína e incomensurável, e também que ocorre no tempo dinâmico. Quando um agente escolhe um curso de ação, o resultado de sua escolha dependerá dos cursos de ação escolhidos e potencialmente realizados por outros indivíduos¹⁰. A autonomia prevalece nas decisões individuais, portanto o futuro não pode ser conhecido e nem aprendido.

II.3 - Ordens Espontâneas

As ordens espontâneas constituem classes intermediárias de fenômenos que são específicos à ciência da ação humana ou à praxiologia. Trata-se de instituições que se situam entre o instinto e a razão, como resultado das ações humanas, porém não do planejamento deliberado dos seres humanos. De fato, para os filósofos da Grécia Antiga, havia dois tipos de fenômenos, correspondentes aos termos introduzidos pelos sofistas do século V a.C.: *physei*, que significa “pela natureza”, e *thesis*, que significa “por intermédio de decisão deliberada”.

Para os austríacos, entretanto, esta dicotomia não é consistente com as ciências sociais. Nas palavras de Hayek, “alguns tipos de ordens aparecem como resultado de ações individuais, porém sem serem pretendidas por qualquer indivíduo”¹¹. Exemplos típicos dessas ordens são o sistema monetário, os mercados, eventos culturais e a linguagem.

Conforme observado pelo professor português José Manuel Moreira, da Universidade

¹⁰ Aqui, refiro-me implicitamente ao conceito de interdependência estratégica - o conceito central da Teoria dos Jogos. Para discussões a respeito da Escola Austríaca e a Teoria dos Jogos, remeto o leitor a: FOSS, Nicolai. *Austrian Economics and Game Theory: A Stocktaking and an Evaluation*. **The Review of Austrian Economics**, Vol. 13, No. 1 (2000): 41-58; e a TÉLLEZ-ZEPEDA, Claudio A. **John Nash e os Austríacos**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2102>>.

¹¹ HAYEK, F. A. **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason**. New York and London: Collier-Macmillan, 1964. Cit. p. 3.

de Aveiro, em sua tese doutoram apresentada na Universidad Pontificia Camillas (Madrid) e publicada pela Universidade do Porto em 1994, “o contraste é entre uma ordem espontânea, isto é, autogerada ou endógena, e uma ordem exógena, isto é, desenhada ou artificial, ou mesmo uma organização, tal como ocorre no caso de uma organização social gerenciada”¹². O professor Moreira prossegue:

Hayek, a despeito da conotação autoritária que o termo ‘ordem’ representa para as pessoas que se recusam a admitir uma ordem que não seja deliberadamente criada pelo homem, insiste em manter o tempo, ou em vez disso utiliza ‘ordem espontânea’ ou ‘cosmos’ para definir (?) estruturas que emergem das ações de muitos homens, embora não por projeto deliberado humano.

De fato, na economia do mundo real, desde que os homens descobriram os benefícios dos processos de troca até os dias de hoje, temos uma grande ordem espontânea, semelhante ao universo, na qual as coisas se encontram continuamente em expansão e contração.

III - COMBINANDO OS ELEMENTOS DA ESCOLA AUSTRÍACA

Um dos propósitos do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* é apresentar uma visão abrangente da complexidade extraordinária da Escola Austríaca de Economia. É por isso que trabalhamos com formação, educação e produção científica original. Desejamos fornecer, a nossos leitores, textos de autores clássicos que possam completar e fortalecer sua formação nos temas austríacos; queremos proporcionar ferramentas educativas para preparar nossos leitores a participarem ativamente da construção do edifício austríaco; e, finalmente, temos por objetivo mostrar que a Escola Austríaca

¹² Ver: MOREIRA, José Manuel. **Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek ou a Redescoberta de um Caminho ‘Terceiro’ para a Compreensão e Melhoria da Ordem Alargada da Interação Humana**. Porto: Publicações da Universidade do Porto, 1994.

não é uma mera curiosidade arqueológica: ela está viva e temos autores recentes, ao redor do mundo, produzindo e contribuindo para seu crescimento, aprimoramento e continuidade.

Neste editorial, meu objetivo é apresentar uma visão geral de suas complexidades, de suas principais partes componentes e de como elas se encaixam. Economistas enfrentam a tarefa de construir modelos teóricos que podem explicar, de maneira razoável, a realidade da economia, constituída pelas ações, no transcurso do tempo, de bilhões de seres humanos de carne e osso, com todos os seus desejos característicos, aspirações, motivações, pontos fortes e fraquezas.

Não é meu objetivo, aqui, discutir as implicações dos elementos da tríade fundamental e dos elementos de propagação nos campos da Epistemologia e da Filosofia Política (embora esses assuntos sejam explorados por diversos articulistas do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*). Menciono apenas brevemente que, no campo da Epistemologia, as implicações devem ser:

- Individualismo metodológico;
- As diferenças entre modelos e fatos nas ciências sociais;
- O reconhecimento de que as ciências sociais apresentam especificidades que as diferenciam das ciências naturais;
- A rejeição de métodos preditivos nas ciências sociais.

No que tange à Filosofia Política, as implicações devem ser:

- Crítica dos sistemas mistos;
- Evolução nas ciências sociais;
- Democracia e separação de poderes;
- Limitações ao poder;
- Rejeição do construtivismo nas ciências sociais¹³.

¹³ Por “construtivismo”, utilizo o termo no sentido empregado por F. A. Hayek, isto é, às tentativas de construir,

IV - ECONOMIA E AS ARMADILHAS DA POLÍTICA

Minha preocupação, aqui, é com a introdução dos conceitos de ação, tempo e conhecimento, bem como utilidade marginal, subjetivismo e ordens espontâneas na teoria da Escola Austríaca. De fato, tanto a economia da Escola Austríaca, quanto a Epistemologia e a Filosofia Política relacionadas, também derivam da tríade básica e se difundem por intermédio dos conceitos de utilidade marginal, subjetivismo e ordens espontâneas, que constituem seus elementos de propagação.

Com base nesses elementos, os economistas austríacos, desde Menger, construíram uma estrutura de perspectiva científica muito rica. Funciona perfeitamente, ao menos no sentido em que a palavra “perfeição” pode ser utilizada para explicar o mundo real nas ciências sociais.

Agora, farei uma breve exposição dos seis campos da teoria econômica que considero como essenciais para a compreensão do pensamento austríaco.

IV.1 - O Processo de Mercado

Em contraste com a economia do *mainstream*, a Escola Austríaca não estuda os mercados em equilíbrio. Tampouco adota a conhecida classificação dos mercados de acordo com sua “forma” (competição perfeita, oligopólio, competição monopolística e monopólio). Assume, em vez disso, que os mercados são processos que tendem na direção de processos de equilíbrio (porque os agentes são racionais e aprendem com seus erros), mas que, em cada momento do tempo dinâmico, as posições de equilíbrio não são atingidas.

É suficiente mencionar os elementos principais da teoria. Primeiramente, os mercados são movidos pelas ações de seus participantes, tanto do lado da demanda, quanto do lado da oferta. Em segundo lugar, a ação humana ocorre no tempo dinâmico, onde cada momento deve ser

racionalmente, instituições sociais, políticas e econômicas capazes de garantir o bom funcionamento de sociedades planejadas.

considerado como oportunidade de aprendizagem. Em terceiro lugar, as transações no mercado são realizadas sob condições de limitação e dispersão de conhecimento. Em quarto lugar, os mercados são ordens espontâneas, sujeitas, portanto, a mudanças permanentes. Finalmente, a ação humana é subjetiva.

Como poderíamos esperar, portanto, que os mercados no mundo real possam estar em “equilíbrio” em um dado momento do tempo? Este é um dos argumentos centrais da teoria austríaca. Mercados refletem tentativas e erros, em um processo permanente de busca de novas oportunidades, e cujo dinamismo não proporciona espaço para o equilíbrio. Consequentemente, os mercados tendem a acomodar a incerteza e a coordenar, sistematicamente, os planos formulados pelos agentes econômicos. Dado que as diversas circunstâncias que cercam a ação humana estão em evolução contínua, segue-se que o estado de coordenação plena nunca é totalmente atingido, mesmo que os mercados possam tender para ele.

IV.2 - O Papel do Empreendedor e Suas Funções nos Mercados

O empreendedorismo é a habilidade subjetiva individual para perceber oportunidades de auferir ganhos nos mercados. Assim, não é mais que uma categoria da ação. Assim, a ação humana pode ser considerada um fenômeno de negócios, especificamente um que se baseia nas capacidades de percepção, coordenação e criatividade dos agentes individuais.

O empreendedorismo ocorre sob condições de incerteza genuína, devido ao conhecimento limitado. Requer, portanto, criatividade, dado que o futuro é incerto e que a ação empreendedora pode trazer resultados positivos ou negativos. O empreendedor enfrenta uma série de escolhas ao longo do tempo e isso também envolve uma série de cenários alternativos que precisam ser necessariamente preteridos.

Dado que os meios são sempre limitados, os agentes buscam, primeiramente, os fins que consideram mais valiosos e, somente então, partem atrás de outros fins relativamente menos valiosos. As ações são motivadas pelas crenças subjetivas

de que os fins escolhidos apresentam um valor mais elevado do que seus custos. A diferença entre eles é o lucro, o elemento que explica a ação.

Ademais, para os economistas austríacos, cada ação envolve um componente empreendedor puro e criativo, que não requer qualquer custo. Este componente é o que proporciona a convergência entre os conceitos de ação e empreendedorismo.

IV.3 - A Impossibilidade do Cálculo Econômico nas Economias Socialistas

Já na década de 1920, Mises viu claramente que o cálculo em um sistema de economia socialista é impossível. Seu argumento era simples: o cálculo econômico exige que os planejadores conheçam os preços verdadeiros. Isso requer que: (a) exista um processo de mercado, no qual as ações de oferta e demanda fluem normalmente; e (b) propriedade privada, uma exigência para os mercados. Como o socialismo não admite a propriedade privada, não faz sentido falar em mercados em um sistema socialista se não há mercados em funcionamento e, portanto, não há preços. Entretanto, se não há preços, o cálculo econômico é impossível. Por esta razão, Mises afirmou categoricamente, no debate com os economistas socialistas, que o sistema socialista se baseava em um sistema cego, que resultaria no caos econômico e social. A história demonstrou – e continua demonstrando – que Mises estava certo.

As agências centrais desses sistemas são formadas por pessoas e não é razoável supor que suas intenções “puras” possuam o dom da onisciência, o que permitiria dar conta da totalidade da informação dispersa e em constante mudança.

Os planejadores não podem sequer determinar seu grau de ignorância sobre a informação requerida para o cálculo e para a coordenação subsequente. Em acréscimo, quanto maior o grau de coerção, menores as chances de concretizar o planejamento, dado que a intervenção tende a decrescer a coordenação, resultando em mais distorções ao longo do tempo.

IV.4 - A Teoria Monetária

Há cinco pontos principais sobre a teoria monetária austríaca. Primeiramente, variações no estoque monetário apresentam um efeito desigual sobre os preços relativos, a estrutura do capital e padrões de produção na economia. Adicionalmente, alteram os níveis de emprego dos fatores de produção. Já em 1912, em sua obra monumental *Theory of Money and Credit* [Teoria da Moeda e do Crédito]¹⁴, Mises afirmou que aumentar a oferta de moeda não beneficia a sociedade, pois meramente reduz o poder de compra de cada unidade monetária. De fato, a moeda não pode ser “neutra”, dado que o helicóptero de Milton Friedman (1912-2006) não entra uniformemente na economia, mas em pontos específicos da estrutura da produção.

Em segundo lugar, os ciclos de negócios são fenômenos que apresentam causas unicamente monetárias.

Em terceiro lugar, a moeda, com qualquer outro bem, tem seu valor estabelecido pelo princípio da utilidade marginal, tal como Mises mostrou ao resolver o problema da “circularidade austríaca” com seu famoso teorema da regressão.

O quarto ponto é que os acadêmicos austríacos não definem a inflação como um “aumento contínuo e abrangente dos preços”, porque esse é, na verdade, um mero sintoma da inflação. Eles a definem como um declínio permanente no poder de compra da moeda, provocada em última análise pela emissão de moeda com o consequente decréscimo de sua utilidade marginal.

Finalmente, a moeda, isto é, o sistema monetário, é uma ordem espontânea, um fenômeno que está em constante mudança como resultado das ações humanas, mas não do planejamento humano.

IV.5 - A Teoria do Capital

A Teoria Austríaca do Capital é, sem dúvida, um elemento que diferencia a Escola Austríaca de todas as outras, que não têm nada sequer parecido.

¹⁴ MISES, Ludwig von. *The Theory of Money and Credit*. New Haven: Yale University Press, 1953.

Eugen von Böhm-Bawerk, que prosseguiu na tradição iniciada por Menger, foi, sem dúvida, o maior expoente dessa teoria¹⁵. Mises, Hayek e outros autores austríacos¹⁶ também realizaram importantes contribuições ao seu desenvolvimento.

Seu argumento central é o conceito de estrutura do capital, ou estrutura da produção, que descreve um bem que passa por vários estágios no processo produtivo. Esses diversos estágios correspondem à estrutura de capital da economia. Assim, o capital não é homogêneo, nem constante, tal como considerado pelos modelos macroeconômicos. É essencialmente heterogêneo e varia com os demais fatores de produção ao longo do tempo. A heterogeneidade dos bens de capital e o fato de que as economias apresentam estruturas de capital levaram, entre outras hipóteses, tais como a do individualismo metodológico, à rejeição das análises macroeconômicas pelos economistas austríacos.

IV.6 - A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE)

A TACE consiste em uma teoria da moeda, do capital e dos ciclos de negócios. Mostra como a emissão de moeda e crédito, excedendo a poupança, reduz as taxas de juros, levando os agentes a acreditarem que a redução resulta da poupança mais elevada. Consequentemente, isso estimula investimentos de longo prazo, o que expande a estrutura da produção. Posteriormente, quando os agentes descobrem que o aumento

nos investimentos não estava relacionado a uma poupança maior, mas à maior emissão de moeda, as taxas de juros sobem e isso leva a um encolhimento da estrutura de produção. Esta expansão e contração (conhecida como efeito sanfona) produz desemprego, especialmente nos segmentos produtivos mais distantes da produção dos bens finais, que são os que se beneficiam inicialmente da expansão monetária.

Assim, a inflação eventualmente leva ao desemprego dos fatores de produção. A análise keynesiana (curva de Phillips), que postulou a existência de um *trade-off* entre inflação e desemprego, de modo que o governo tivesse que aceitar mais desemprego para combater a inflação, ou aceitar mais inflação para reduzir o desemprego, está, portanto, equivocada.

Em outras palavras, para John Maynard Keynes (1883-1946), a depressão é um processo de excesso de poupança sobre os investimentos. Para os monetaristas, é uma escassez de moeda. Para os austríacos, por sua vez, trata-se de um excesso de maus investimentos sobre a poupança real.

Infelizmente, a despeito da superioridade argumentativa (tanto em termos de impecável consistência lógica quanto em sua sustentação empírica e corroboração histórica), a análise austríaca ficou ofuscada pela maior conveniência política das propostas de Keynes. Essa é uma das razões pelas quais devemos enfrentar o desafio de aprofundar nossas investigações, não somente para aprofundar e aperfeiçoar os argumentos econômicos austríacos, mas também para elucidar as diversas implicações da Escola Austríaca a respeito dos processos políticos (domésticos e internacionais)¹⁷. É uma grande tarefa que temos diante de nós e o periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* é uma iniciativa nessa direção.

¹⁵ Além de ter elaborado uma crítica contundente e devastadora da teoria marxista da exploração. Ver: BÖHM-BAWERK, Eugen von. **A Teoria da Exploração do Socialismo-Comunismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

¹⁶ Aqui, é importante mencionar as contribuições de Ludwig Lachmann (1906-1990), que apresentam importantes implicações para os estudos austríacos da teoria de organizações. Ver, a esse respeito, LACHMANN, Ludwig. **Capital and Its Structure**. Kansas City: Sheed Andrews and McMeel, INC., 1978 ; e KLEIN, Peter. **O Capitalista e o Empreendedor: Ensaio sobre Organizações e Mercados**. Trad. de Claudio A. Téllez-Zepeda. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2015.

¹⁷ No caso dos processos políticos domésticos, o diálogo entre a Escola Austríaca e o ramo da Teoria da Escolha Pública (*Public Choice*) representada por autores como James McGill Buchanan Jr. (1919-2013) e Gordon Tullock (1922-2014), merece maior atenção e exploração.

V - CONCLUSÕES

A teoria econômica decorrente das análises austríacas implica no questionamento crítico do monopólio da moeda por parte dos governos, da emissão de moeda por intermédio dos bancos centrais e do controle do crédito por essas instituições.

Vivemos um momento de instabilidade e incertezas no cenário internacional, tanto econômico, quanto político. Devemos encarar a conjuntura atual como uma grande oportunidade para empreendermos esforços na direção de avançar as teorias da Escola Austríaca e começar a deixar para trás os modelos obsoletos do monetarismo e keynesianismo – que representam tentativas desesperadas de persistir em erros graves que têm, por consequência, o desemprego e a miséria de populações inteiras.

Os elementos da teoria austríaca que apresentei neste editorial indicam como a economia do *mainstream* está equivocada. Entretanto, não podemos fugir à nossa reponsabilidade humana

e humanista de combater esses equívocos, dedicando nossos esforços e nosso comprometimento ao avanço das ideias austríacas no mundo contemporâneo. Apresentei, neste breve editorial, os elementos que considero mais fundamentais e que precisam ser levados em conta para prosseguirmos na construção do edifício da Escola Austríaca. O periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* continua crescendo como uma referência nacional e internacional para as pessoas engajadas e comprometidas com a importância de prosseguirmos com o desenvolvimento da Escola Austríaca em moldes tanto científicos quanto humanísticos. A ação, o tempo e o conhecimento constituem o fascinante universo da Escola Austríaca. Entretanto, sem as ações humanas, sem nossas ações empreendedoras na direção da construção de mais conhecimento, não estaremos cumprindo com nossa responsabilidade intelectual e moral. Esse é o desafio que temos que enfrentar com força, coragem e determinação. ∞